

A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO SELO LOCAL DE ALIMENTOS DE PIRACICABA (SELAPIR): UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

The Participatory Construction of the Piracicaba Local Food Seal (SELAPIR): A Public Policy for Sustainable Development

Gabriela M. Mendonça

<http://lattes.cnpq.br/2306252999495366>

<https://orcid.org/0000-0003-2911-3888>

DOI: 10.18829/2317-921X.2025.e57383

RESUMO

Este artigo apresenta o projeto "Conectando agricultores urbanos e consumidores para o desenvolvimento sustentável em Piracicaba", desenvolvido através de uma parceria entre a ESALQ-USP e a SEMA, visando promover a agricultura familiar e urbana. Através de uma proposta participativo, buscou consolidar a viabilidade de construção do Selo Local de Alimentos de Piracicaba (SELAPIR) envolvendo atividades de pesquisa e extensão, com estudantes da Universidade. Neste relato é apresentada a etapa inicial de pesquisa de campo e diálogo participativo com os produtores e comerciantes locais, resultando em uma proposta de selo que valoriza a agricultura familiar e produtos artesanais locais.

Palavras-chave: Relato de experiência. Extensão Universitária. Indicação Geográfica. Valorização da produção.

ABSTRACT

This article presents the project "Connecting urban farmers and consumers for sustainable development in Piracicaba", developed through a partnership between ESALQ-USP and SEMA, aiming to promote family and urban agriculture. Through a participatory proposal, it sought to consolidate the viability of building the Piracicaba Local Food Seal (SELAPIR) involving research and extension activities with students from the University. This report presents the initial stage of field research and participatory dialogue with local producers and traders, resulting in a proposal for a seal that values family agriculture and local artisanal products.

Keywords: Experience report. University extension. Geographical indication. Valorization of production.

1. INTRODUÇÃO

Piracicaba, cidade do interior do estado de São Paulo, tem sua economia historicamente ligada à produção agrícola, especialmente de cana-de-açúcar. Atualmente, aproximadamente 98% da população do município reside em áreas urbanas, totalizando cerca de 1.452.691 habitantes (IBGE, 2016). Apesar do reconhecimento oficial da importância da agricultura local e familiar, não há políticas públicas consolidadas para identificar e valorizar os produtos regionais, limitando sua visibilidade e comercialização (Retière, 2014).

Diante desse cenário, entre agosto de 2021 e janeiro de 2022, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ - USP) e a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMA) desenvolveram o projeto “Conectando agricultores urbanos e consumidores para o desenvolvimento sustentável em Piracicaba”, com o objetivo de fortalecer a produção local por meio da criação de um selo de identificação. Com o intuito de agregar valor aos produtos locais e fortalecer os circuitos curtos de comercialização, estimulando a economia local e desenvolvimento econômico e social.

A metodologia adotada incluiu um processo participativo de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e análise dos resultados. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Boni e Quaresma, 2005) com produtores e comerciantes para identificar desafios, oportunidades e demandas. Os resultados subsidiaram a formulação de diretrizes para a implementação do selo, alinhando-se às experiências de certificação existentes no Brasil, como o “Selo Arte” (Brasil, 2019) e a “Indicação Geográfica” (Brasil, 2021; SEBRAE, 2017), cujo referencial será apresentado neste artigo.

Por fim, o processo de formulação da política envolveu a elaboração de um marco normativo, culminando o Selo Local de Alimentos de Piracicaba (SELAPIR) cuja implementação da lei demonstra o fortalecimento das cadeias produtivas locais.

A relevância da implementação efetiva de iniciativas de desenvolvimento econômico requer coordenação interinstitucional entre governos, instituições de ensino, pesquisa e extensão, comunidade e associações demonstra uma articulação essencial para a estruturação de políticas públicas inclusivas, permitindo um planejamento governamental participativo e baseado no contexto local.

Assim, este artigo apresenta o relato de experiência da articulação entre ensino, pesquisa e extensão para a formulação de uma política pública voltada ao

desenvolvimento sustentável e à valorização da produção local, promovendo impactos positivos na economia regional e no planejamento governamental. Para atingir nosso objetivo o artigo está dividido em quatro partes: Além dessa introdução, um tópico pertinente as políticas públicas e o desenvolvimento sustentável local, seguindo pelos tópicos que contempla as etapas de idealização, construção e implementação da política e um tópico de análise da SELAPIR, seguida pelas considerações finais. Esperamos enriquecendo o debate sobre gestão participativa e políticas de valorização da produção de alimentos local.

2. Políticas públicas participativas e desenvolvimento sustentável local

A sustentabilidade é compreendida como “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 49). Esse artigo se aproxima da realidade local, onde o território molda o desenvolvimento da política pública municipal.

Segundo Carvalho e Barbosa (2011) a implementação das políticas públicas não pode ser concebida como algo linear, mas sim que surgem da identificação das necessidades de atores sociais. Tem como objetivo de solucionar problemas coletivos e promover mudanças estruturais na sociedade. Abrangendo diferentes áreas, como desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade, sendo formuladas, implementadas e avaliadas em um ciclo contínuo de governança.

Assim, as políticas públicas podem ser analisadas através da compreensão do contexto social e político de um determinado local ou território. A análise as políticas públicas podem ser consideradas a partir de um ciclo composto por 5 fases: identificação de um problema e a montagem de uma agenda; formulação da política; tomada de decisão; implementação; e avaliação (Nickel, Schmidt, 2023).

Cattani e Ferrarini apresentam que as políticas públicas como um “poderoso instrumento para a construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo” (2010, 165). Ademais, Ferreira (et al. 2024) ressaltam que a Constituição Federal introduziu propostas de inovações democráticas, promovendo uma gestão participativa e colaborativa das políticas públicas entre agentes governamentais e não governamentais. Esse processo incentivou uma maior aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e a sociedade na garantia dos direitos sociais, ampliando

a participação de grupos representativos na formulação e implementação de políticas públicas.

Além disso, um dos principais avanços incorporados foi a descentralização político-administrativa, que redistribuiu competências entre os três níveis de governo. Esse modelo redefiniu o papel do Estado, atribuindo maior responsabilidade aos governos locais, especialmente os municípios, na condução das políticas públicas. A descentralização passou a ter, como princípio fundamental, a participação social, possibilitando a transferência para a sociedade civil, fortalecendo a governança democrática. Em nosso caso, a participação social contou com a atuação de agricultores e comerciantes da feira municipal, gestores da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMA) e das universidades situadas no município de Piracicaba.

Lima e colaboradores (2021), propõem um quadro analítico para compreender as políticas numa perspectiva multidimensional. Os autores abordar dois princípios: a endogeneidade, focalizada no “poder de agência das comunidades, permitindo examinar se os esforços empreendidos estão conectados às demandas, às necessidades e às capacidades locais”, em relação a equidade, sustentabilidade e participação social. (2021, p.7). Cujas equidade contextualiza a relação entre igualdade e justiça, a sustentabilidade demonstra a permanência geracional do projeto e seu impacto social esperado.

No caos dos Mecanismos de governança e seus arranjos institucionais, considerando a participação, consensualidade e gestão mista. Garantem a participação, através da heterogeneidade dos interesses envolvidos que justificam sua existência. Os mecanismos de governança enfocam os processos de construção política, com vistas a possibilitar os processos de tomada de decisão, provendo a participação, consensualidade e gestão mista (Lima et al. 2021).

Esses elementos permitem uma “Perspectiva do Desenvolvimento” que constitui uma variável dependente do modelo, “uma vez que está em investigação a capacidade das políticas públicas de produzirem mudanças sociais complexas, traduzidas aqui enquanto desenvolvimento multidimensional” (Lima et al. 2021, p. 10). Quando integradas podem garantir que as políticas sejam integradas, promovendo a sustentabilidade.

Reforçando a intersetorialidade, “por meio de articulação de saberes e experiências, pode propiciar a consecução de planejamento, implementação e análise de políticas, programas e projetos, com condições para a construção de respostas adequadas às demandas sinalizadas, o que requer mudança cultural e educativa” (Ferreira et al., 2024, p. 216). Correspondendo a um instrumento para superar a fragmentação das

políticas públicas, promovendo uma abordagem integrada e articulada entre diferentes setores.

Neste âmbito, Nascimento e Ferreira (2020) abordam a consulta prévia aos povos indígenas, numa perspectiva de direito à consulta prévia e o direito de participação “caminham juntos” (2020, p. 281). Principalmente como mecanismo de participação política e sua relação com a proteção ambiental, atuação semelhante aquela que apresentaremos no próximo tópico. A consulta prévia da comunidade, considerada um mecanismo substancial de participação política, essencial para fortalecer a cooperação social e garantir a gestão sustentável dos territórios.

Quando relacionado ao desenvolvimento sustentável, Jereissati e Melo (2020) destacam a importância das compras públicas sustentáveis como um mecanismo de fomento ao desenvolvimento sustentável, dada a influência econômica do Estado no mercado. Assim, a implementação de uma política pública é um instrumento capaz de promover a cidadania e em nosso caso, auxiliar os agricultores rurais através da identificação e valorização do alimento produzido no território. Inclusive,

a atuação conjunta entre Estado e sociedade fomenta a confiança e propicia o fortalecimento da dita democracia participativa, que busca incessantemente espaços públicos destinados a políticas públicas de bem-estar e de pacificação social, priorizando a inclusão social mediante a valorização da cidadania e da participação (Oliveira; Spengler, 2012, p. 139).

3. Construção da proposta do Selo

O embasamento legislativo que norteou o projeto foi concebido com foco no agricultor rural, sua idealização partiu de reuniões entre a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMA) sobre a normatização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

O SIM garante o controle de qualidade e higiene dos produtos de origem animal comercializados no município. Para receber a certificação, a equipe técnica da secretaria faz o processo de monitoramento, inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, para serem comercializados dentro do município. Nesse contexto, os agricultores questionaram de que maneira essa certificação poderia contribuir para a valorização dos agricultores locais?

Assim, parcerias passaram a serem desenvolvidas para responder a esta pergunta. Com o projeto de pesquisa estabelecido no âmbito do “Desafio USP/Cidades Sustentáveis”, foi desenvolvida a fundamentação teórica com referência aos projetos de

reconhecimento local que existam em outros municípios, o diagnóstico com os produtores nas feiras municipais e a consolidação da proposta.

3.1 Levantamento do referencial teórico

A proposta do “Selo Arte”, concebido como um mecanismo para valorização dos produtos artesanais e regulamentado pela Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018, o selo certifica produtos alimentícios de origem animal produzidos artesanalmente (Brasil, 2019). Suas principais características incluem:

- As matérias-primas de origem animal são produzidas na propriedade onde se localiza a unidade de processamento ou têm origem determinada,
- Os procedimentos de fabricação são predominantemente manuais,
- Boas práticas de fabricação são adotadas para garantir a produção de alimento seguro ao consumidor,
- Boas práticas agropecuárias são adotadas na unidade de produção de matéria-prima e nas unidades de origem, contemplando sistemas de produção sustentáveis,
- O produto é caracterizado pela fabricação individualizada e genuína, podendo existir variabilidade sensorial entre os lotes,
- O uso de ingredientes industrializados é restrito ao mínimo indispensável por razão de segurança, não sendo permitida a adição de corantes e aromatizantes artificiais,
- A composição e o processamento seguem receitas e técnicas tradicionais (Brasil, 2019).

Considerando o contexto territorial, a Indicação Geográfica (Brasil, 2021; Sebrae, 2017) certifica produtos com qualidades específicas relacionadas à sua origem. De acordo com o Sebrae (2017), a “indicação de procedência” caracteriza regiões geográficas reconhecidas pela produção de bens ou serviços diferenciados. Seu marco legal é a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativos à Propriedade Industrial (Brasil, 1996).

De âmbito municipal, o Projeto Ligue os Pontos (São Paulo, 2024a), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo, visa “promover o desenvolvimento sustentável do território rural e aprimorar suas relações com o meio urbano a partir dos diversos pontos envolvidos na Cadeia da Agricultura” (São Paulo,

2024b). O projeto cataloga todas as iniciativas cadastradas no município em quatro categorias: Agricultura, Mercados, Turismo e Vivência Rural e Iniciativas de Políticas Públicas.

- Agricultura: Apresentando os agricultores; hortas urbanas; hortas em equipamentos públicos, como hortas escolares e em parques; e aldeias guarani, valorizando a cultura e a segurança alimentar dessas aldeias.
- Mercados: Estabelecimentos que vendem produtos agrícolas cultivados na cidade; feiras livres municipais; feiras orgânicas; Iniciativas que ocorrem diretamente entre consumidores, agricultores e agricultoras; grupos de consumo responsável, como a Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA); restaurantes com ingredientes orgânicos ou agroecológicos (com ao menos 50% de folhas, legumes e verduras certificados); e serviços de agricultura, que comercializam insumos, mudas, serviços, entre outros.
- Turismo e vivência Rural: Relacionado à realidade rural e agrícola de São Paulo, espaços turísticos como os parques estaduais; patrimônio cultural; gastronomia; hospedagem e comércio e serviços.
- Iniciativas e Políticas Públicas: Relacionada às políticas do município; associações e cooperativas; iniciativas da sociedade civil e espaços de pesquisa e extensão (São Paulo, 2024b).

Além do programa Sampa+Rural (São Paulo, 2024b), que promove a agricultura urbana e periurbana. As políticas e iniciativas analisadas oferecem subsídios para o desenvolvimento do Selo de Piracicaba, consolidando diretrizes voltadas à valorização da produção local, certificação da qualidade e fortalecimento da identidade territorial. Seu mapeamento subsidiou a viabilidade da implementação do Selo de Piracicaba, considerando os desafios e benefícios para os produtores locais, orientando sua implementação com base em marcos legais consolidados e experiências bem-sucedidas em outros territórios.

3.2 Diagnóstico junto aos produtores

Após o levantamento bibliográfico ocorreram entrevistas com a participação de produtores e comerciantes dos varejões, abrangendo diversos segmentos, como: Tortas e Sobremesas; Pães e tortas Salgadas; Alimentos para Alérgicos como intolerantes à lactose

e/ou celíacos; bebidas como kombuchá, vinhos e licor artesanal; Alimentos Veganos; Queijos; Hortaliças convencionais, orgânicas e agroecológicas.

As entrevistas foram concebidas para levantar informações relacionadas ao trabalho realizado, na perceptiva que avaliar o bem comum relativo aos espaços públicos (Brochett, 2024), localmente na feira municipal. A sistematização das 22 entrevistas coletadas no espaço da feira e por telefone para alguns produtores artesanais, possibilitou o reconhecimento da perspectiva dos feirantes que incluíam a principalmente dois eixos: a diferenciação e qualidade do produto artesanal produzido localmente; e as dificuldades frente aos alimentos industrializados e das grandes redes de comercialização.

Sendo possível observar que as dificuldades se concentram, na concorrência com os preços dos produtos industrializados e atravessadores, que geralmente são menores pois existem um maior volume comercializado.

Aqueles que comercializam localmente relataram que entregam os alimentos para os varejões, restaurantes, supermercados, empórios e bares da cidade, demonstrando a diversificação dos canais de comercialização. Entre as principais dificuldades relatadas pelos entrevistados foi possível observar: pouca divulgação, sazonalidade, organização administrativa e de estoque, logística, fidelização e captação de clientes, pouco incentivo e valorização ao pequeno produtor.

Ao serem questionados sobre a importância de os produtos serem reconhecidos pelos compradores como um alimento local, 95,5% consideraram que a implementação seria positiva. De acordo com os entrevistados os possíveis benefícios são: priorização do alimento produzido na região, reconhecimento do trabalho, maior credibilidade ao produto artesanal e maior valor agregado a venda.

As sugestões para a construção do selo incluíram: nomenclaturas para dividir classes de vendas, como por exemplo: vegano, agroecológico, artesanal; a utilização de símbolos que representam a cultura Piracicabana; e o uso de tecnologia como o QRcode para ampliar o acesso à informação.

Assim, através da consulta prévia aos feirantes foi possível desenvolver uma proposta com potencialidade de auxiliar os produtores rurais e urbanos para obterem reconhecimento e promover o desenvolvimento local.

3.3 Consolidação da proposta

A partir do levantamento teórico e da consulta aos feirantes, foi possível verificar que, apesar das diferenças produtivas, alguns desafios são comuns. Diante disso, a

proposta de política pública foi construída, com a premissas de inclusão e a gratuidade do serviço.

Após a finalização deste projeto de extensão, a proposta foi encaminhada a SEMA onde foi tramitado a oficialização do selo aos produtores rurais e urbanos do município de Piracicaba. Instituída através da Lei nº 9.769 de agosto de 2022, o Selo Local de Alimentos de Piracicaba (SELAPIR), foi concebido como um instrumento de política pública voltado para: Valorizar e identificar a produção local; fomentar o consumo de produtos locais; estimular circuitos curtos de comercialização; incentivar a sustentabilidade na produção e distribuição de alimentos; impulsionar a economia local.

O SELAPIR abrange alimentos in natura e processados de origem vegetal e animal, possibilitando uma nova dinâmica para a economia regional (Piracicaba, 2022).

4. Análise da implementação da política

Com o apoio de instituições e secretarias municipais, o Selapir foi criado como iniciativa da Prefeitura de Piracicaba. O selo é gratuito e facultativo, sendo concedido a agricultores e produtores locais que atendam aos critérios estabelecidos.

Segundo informações disponibilizadas pela prefeitura, cada produto possui uma numeração de série conforme sua classificação: Pin: Produtos in natura de origem vegetal, como frutas, verduras, legumes; Pro: Produtos processados de origem vegetal, que inclui pães, doces, geleias etc.; e ProA: Produtos de origem animal, in natura ou processados, nesta categoria estão ovos, leite, queijos, embutidos, mel etc.

Os produtores com interesse em solicitar o Selo devem dispor de CNPJ, limitado a Microempreendedor Individual (MEI); Microempresa (ME); Empresa de Pequeno Porte (EPP); Cadastro de Produtor Rural, Cooperativas e Associações sem fins lucrativos e cadastrado no município, com CNAE que autorize a produção e/ou comercialização do produto; rotulagem adequada e no caso de produtos de origem animal será exigido o SIM ou Certificado de Licenciamento Integrado (CLI).

Durante o processo de implementação da política a prefeitura promoveu uma votação online para a escolha do logotipo do Selapir, incentivando a participação popular no processo de identificação visual da iniciativa (Piracicaba, 2022).

Segundo informação da prefeitura, como o produtor não tenha acesso a rotulagem, será ofertada capacitação oferecida pela SEMA e pelo programa da Cozinha Experimental. A Cozinha Experimental, instituída como política pública municipal em 2023, local sede dos cursos para os produtores, merendeiras e profissionais da área. Ainda

nas consultas ao site da prefeitura, foi possível verificar que, desde sua implementação, o Selapir tem sido divulgado por meio dos canais oficiais da Prefeitura e em eventos (Piracicaba, 2024).

Além da institucionalização de Lei, a prefeitura atuou com ações de capacitação, através de oficinas gratuitas destinadas a agricultores e produtores artesanais, abordando temáticas como: Rotulagem e boas práticas de manipulação de alimentos; Precificação; e Legislação aplicável ao Selapir. Em relatório de Gestão do triênio 2021, 2022 e 2023 publicado em 2023 destaca que a política contava com 104 produtores cadastrados além da organização de oficinas (Sema, 2023).

A análise de políticas públicas deve ser um processo contínuo, enfatizando a tomada de decisão e a implementação, é possível dimensionar que os impactos da iniciativa incluem: a participação dos atores locais, a estratégia de adesão gratuita e com apoio formativo aos produtores interessados.

Conforme proposto por Lima e colaboradores (2021), a multidimensionalidade da política, considerando o papel dos atores locais na construção da equidade, sustentabilidade e participação. pode ser esquematizada conforme a tabela a seguir:

Tabela 1. Analise Multidimensional do Selapir

Categoria	Dimensão	Relação ao Selapir
Endogeneidade	Equidade	Valorização dos produtores locais
	Sustentabilidade	Valorização dos circuitos curtos de comercialização
	Participação	Envolvimento de produtores, instituições, secretarias na construção da proposta
Mecanismos de Governança	Participação	Aplicação de questionários e entrevistas para ouvir a comunidade
	Consensualidade	Diálogo entre atores para definir as diretrizes do selo
	Gestão Mista	Coordenação entre secretarias e integração de políticas para dar continuidade ao Selo
	Impacto Social	Valorização da produção e identidade local

Desenvolvimento Multidimensional	Impacto Econômico	Incentivo ao consumo de produtos locais, pode favorecer o aumento da renda
	Impacto Ambiental	Redução de impacto ambiental por meio da redução do transporte do alimento e maior frescor do produto.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025

Assim é possível observar que o papel ativo dos atores locais no processo de desenvolvimento, enfatizando a capacidade desses atores em influenciar a construção da política pública. A análise do SELAPIR com base nos conceitos de permite compreender como a política pública foi construída e implementada de forma participativa, inclusiva e sustentável. A endogeneidade garantiu que o selo fosse adaptado às necessidades locais, enquanto os mecanismos de governança asseguraram a coordenação e a integração das ações. A gestão mista garantiu a eficácia e a sustentabilidade do selo, promovendo impactos positivos no desenvolvimento multidimensional da região.

Essa sistematização permite uma compreensão abrangente do SELAPIR, destacando como a política pública foi construída e implementada de forma a promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região de Piracicaba.

A abordagem reforça a importância de políticas públicas que valorizem a participação dos atores locais, promovam a equidade e a sustentabilidade, e sejam implementadas de forma coordenada e integrada. O SELAPIR é um exemplo de como essas categorias podem ser aplicadas para fortalecer o desenvolvimento local e promover mudanças sociais positivas.

É importante destacar elementos que não foram possíveis de serem mensurados. Essas lacunas ou desafios podem ser analisados em cada uma das categorias e dimensões propostas por Lima et al. (2021). Na Equidade, é possível observar que, embora a adesão seja voluntária, não atende a todos os produtores, especialmente aqueles com menos acesso à internet.

A sustentabilidade é o ponto com mais elementos que podem ser aprimorados, incluindo prática de redução, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados na produção. Foi observado que, apesar do município contar com agricultores locais, os cozinheiros adquirem seus alimentos in natura nos grandes mercados. A justificativa da

redução no custo de produção é frequente, porém desconsidera as possibilidades da economia circular em favorecer os agricultores locais.

Por fim, a participação foi observada na fase de idealização e implementação do selo, porém 2025 não foram observadas novas ações, que podem ser relacionadas pela mudança de gestão municipal e a fusão da Secretaria de Agricultura com a Secretaria de Meio Ambiente. Assim, um ponto a ser monitorado é o ciclo político oportunista e partidário (Machado et al., 2022) em virtude das mudanças de gestão municipal. No momento da escrita deste artigo o município se encontra em mudança de comissões e arranjos de secretarias, no caso da SEMA, a nova gestão administrativa, eleita em outubro de 2024, determinou a fusão Secretaria de Agricultura e Abastecimento com a Secretaria de Meio Ambiente.

A página no site da prefeitura que antes continha as informações sobre a secretária está desativada, segundo reportagem de jornal escrita pela ex-secretária da Sema, analisando os “desafios urgentes como a segurança alimentar, a nutrição e as mudanças climáticas” (Atribuna, 2025), afirmando que a fusão vai em “contramão” a outras ações municipais, quando analisamos as políticas públicas específicas em duas secretarias de grande abrangência rebaixa a Agricultura e Abastecimento a uma simples “Gerência”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar o processo de construção participativa de uma política pública para reconhecimento da produção local. Especificamente, relaciona-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis, considerando a necessidade de promover uma abordagem integrada entre produção local/regional, sustentabilidade ambiental e planejamento da ação governamental.

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento, intitulada "O futuro que queremos", é enfatizado que atividades planejadas e desenvolvidas de forma adequada nas cidades podem promover sociedades econômica, social e ambientalmente sustentáveis. Um dos principais desafios para alcançar essa meta é fortalecer a agricultura familiar e urbana de maneira a conectar produtores locais com consumidores, garantindo segurança alimentar e geração de renda (ONU, 2024).

Neste relato é possível observar que o projeto do Selapir exemplifica a aplicação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da economia local e valorização da produção sustentável. A criação do selo evidencia a importância da articulação entre governo, instituições de ensino e produtores na formulação de estratégias inclusivas e acessíveis. Os objetivos iniciais da proposição da política foram atingidos, de forma que o programa foi criado e apesar da mudança de gestão municipal, segue ativo.

No entanto, desafios como a concorrência com grandes redes varejistas e a necessidade de maior apoio técnico e financeiro para os produtores locais demonstram a complexidade da efetivação dessas políticas, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo e ajustes estratégicos.

Os resultados obtidos demonstram que a iniciativa do Selapir teve uma recepção positiva, com adesão crescente dos produtores e engajamento das instituições envolvidas. A integração com políticas públicas, como a Cozinha Experimental e programas de capacitação, reforça o impacto da iniciativa na segurança alimentar e no fortalecimento da economia local.

Foram observados avanços significativos alcançados pelo Selapir, assim como, alguns aspectos não foram plenamente alcançados, especialmente em relação à inclusão de todos os produtores, à adoção generalizada de práticas sustentáveis, à participação contínua dos atores locais e à sustentabilidade financeira do projeto. Essas lacunas indicam áreas de melhoria que podem ser abordadas em futuras etapas do projeto.

As principais limitações observadas na pesquisa dizem respeito a uma realidade local que pode limitar a generalização dos resultados em contextos distintos. Os resultados foram majoritariamente provenientes de entrevistas e questionários na fase inicial de criação da política, dificultando a mensuração dos efeitos da política sobre a competitividade dos produtores locais é essencial o monitoramento de dados quanti e qualitativos dos impactos sociais, ambientais e econômicos para os agricultores.

Enquanto limitações práticas, pode ser elencada a dependência da manutenção de apoio institucional e da continuidade das ações de divulgação e capacitação, o que pode ser afetado por mudanças na gestão pública. Embora a adesão seja voluntária ao selo, o que facilite a inclusão de produtores, pode limitar seu alcance, caso não haja incentivos econômicos ou reconhecimento diferenciado para aqueles que o adotam.

Apesar dessas limitações, a criação do Selapir representa um marco importante para a valorização da produção local e para o fortalecimento da identidade dos alimentos de Piracicaba. A continuidade do projeto e sua adaptação às demandas dos produtores e

consumidores serão determinantes para consolidar seus benefícios e garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a professora doutora Thais Maria Ferreira de Souza e toda a equipe do projeto “Conectando agricultores urbanos e consumidores para o desenvolvimento sustentável em Piracicaba”, da Universidade de São Paulo, Campus Luiz de Queiroz.

REFERÊNCIAS

ATRIBUNA. Agricultura reduzida a uma "Gerência": o enfraquecimento de políticas essenciais. A Tribuna Piracicaba. Sábado, 4 de janeiro de 2025, ano 51, nº 13.536, 025. Disponível em: <https://www.tribunapiracicabana.com.br/wp-content/uploads/2025/01/A-Tribuna-Piracicabana-Edicao-13536-e-13537-20-Paginas-sabado-04-01-25.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Junqueira. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, Porto Alegre, RJ, v. 2, n. 3, p. 68–80, 2005. DOI: 10.1590/s1413-81232007000400030. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288882472_Aprendendo_a_entrevistar_Como_fazer_entrevistas_em_Ciencias_Sociais. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 16 nov. 2024;

BRASIL. Lei nº 13.680 de 14 de junho de 2018. 2018a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13680-14-junho-2018-786861-publicacaooriginal-155848-pl.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Catálogo de produtos ofertados pela agricultura familiar. -- Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2018b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Simposio_PAA/SIMPOSIO_NACIONAL/Catalogo_Produtos_Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. O selo Arte. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte/selo-arte>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Lista de denominações de origem concedidas. Indicações Geográficas: Denominações de origem reconhecidas. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Portaria / INPI / PR nº 046, de 14 de outubro de 2021. 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_046_2021_anexo.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Regularização da Produção Orgânica. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao-organica>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BROCHET, Delooz Brochet. Comunalizar los humedales urbanos: una propuesta para una gobernanza local, democrática y eficiente del desarrollo sustentable. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v14i2.9314>. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/9314>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CATTANI, Antonio David; FERRARINI, Adriane Vieira. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. Revista Katálysis, 13(2), 164-172. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/C7XLJ4DFjcrhNyd9mcvfZWB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2025.

CNA. Programa Alimentos Artesanais e Tradicionais – Regulamentação. 2022. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/projetos-e-programas/alimentos-artesanais-e-tradicionais>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CHIODI, Rafael Eduardo; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Multifuncionalidade da Agricultura e Serviços ambientais: aproximações e distanciamentos como referenciais de políticas públicas. Desenvolvimento em Questão, v. 16, nº 45, p. 214–232. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6893>. Acesso em: 20 fev. 2025.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. Disponível em: https://www-are-admin-ch.translate.goog/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 02 dez. 2024.

CURAN, Roberta Moraes, MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. Estudos Avançados, 35(101), 209-224. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KLxvJknRQCj9pXzK4kSNxQC/>. Acesso em: 15 out. 2024.

DAROLT, Moacir Roberto. Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012.

FERREIRA, Palloma Rosa; SOUSA, Diego Neves de; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho; SARAIVA, Maria das Dores. Desenvolvimento de políticas públicas municipais: redes intersetoriais e as estratégias de gestão. Revista Brasileira de Políticas Públicas, volume 14, nº 1. abril. 2024. 2024. DOI: 10.5102/rbpp.v14i1.9382. Disponível em:

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/9382/pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

JEREISSATI, Lucas Campos; MELO, Alisson José Maia. As contratações públicas sustentáveis e a implementação da meta 12.7 dos objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil: avanços e retrocessos. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. 2020. V. 10, nº 3, dez. 2020. DOI: 10.5102/rbpp.v10i3.7237. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/view/7237>. Acesso em: 7 fev. 2025.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano; LUI, Lizandro; AGUIAR, Rafael Barbosa de. Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. *urbe*. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 13, p. e20210048, 2021. DOI: 10.1590/2175-3369.013.e20210048 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/x7hJDFKwKnjh387sTHpbZvz/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

MACHADO, Daiane Pias; WYSE, Maria Nazaré Oliveira; BARBOSA, Marco Aurélio Gomes; CRUZ, Ana Paula Capuano da. Evidências de ciclos políticos oportunistas e partidários nos gastos sociais e seus efeitos no desenvolvimento socioeconômico local. *Revista Brasileira de Política Pública*, v. 12, n. 3, dez. 2022. 2022 DOI: 10.5102/rbpp.v12i3.8358. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/8358/pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Multifuncionalidade da Agricultura e Serviços ambientais: aproximações e distanciamentos como referenciais de políticas públicas. *Desenvolvimento em Questão*, v. 16, nº 45, p. 214–232. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6893>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NASCIMENTO, Laura Fernanda Melo; FERREIRA, Adriano Fernandes. A consulta prévia aos povos indígenas enquanto participação política: abertura constitucional brasileira a rotas alternativas de proteção ambiental. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. v.10, n. 3. 2020. DOI: 10.5102/rbpp.v10i3.7218. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/7218>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NICKEL, Juliana Silva da Rocha; SCHMIDT, João Pedro. As políticas públicas de educação do campo no Brasil e a presença da pedagogia da alternância à luz das maisons familiares rurales. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 13, n. 2. p. 402-424, 2023. DOI: 10.5102/rbpp.v13i2.8482. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/8482>. Acesso em: 23 jan. 2025.

OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 2 dez. 2024.

OLIVEIRA, Luthyana Demarchi de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação como política pública de fortalecimento da democracia participativa. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 131-140, jul./dez. 2012. Disponível em:

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/1709/pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PIRACICABA. Prefeitura abre votação online para escolha do logo do Selapir. 2022. Disponível em: <https://piracicaba.sp.gov.br/noticias/prefeitura-abre-votacao-online-para-escolha-do-logo-do-Selapir/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

PIRACICABA. Lei no 9.769 de 23 de agosto de 2022. 2022. Piracicaba. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/LeisOrdinarias/9769>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PIRACICABA. Selapir é apresentado em Fórum de Indicação Geográfica na Esalq/USP. 2024. Disponível em: <https://piracicaba.sp.gov.br/noticias/Selapir-e-apresentado-em-forum-de-indicacao-geografica-na-esalq-usp/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PIRACICABA. Lei complementar nº 462, de 7 de janeiro de 2025. 2025. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/LeisComplementares/462/07-01-2025>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RETIÈRE, Morgane Isabelle Hélène. Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada), Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. DOI:10.11606/D.91.2014.tde-06102014-160246. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/pt-br.php>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SÃO PAULO. Sobre o projeto. 2024a. Disponível em: <https://ligueosPontos.prefeitura.sp.gov.br/projeto/>. Acesso em 13 out. 2024.

SÃO PAULO. Selos Sampa + Rural. 2024b. Disponível em: <https://sompamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/seloSampa>. Acesso em 13 out. 2024.

SEBRAE. Entenda o conceito de indicação geográfica. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-conceito-de-indicacao-geografica,5a8e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em 13 out. 2024.

SEMA. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Relatório de Gestão – Triênio 2021/2022/2023. Piracicaba, 2023. Disponível em: https://www.canva.com/design/DAF8NmhJExc/5gyc-2vt6kklZ9U1D021pg/view?utm_content=DAF8NmhJExc&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=editor#1. Acesso em: 26 jan. 2025.